

# Verdade sem eufemismos

Hélio Schwartzman

***Folha de S.Paulo, 9.12.2011.***

Com sua transição democrática tutelada pelos militares e modulada pela turma do deixa-disso, o Brasil perdeu várias oportunidades para julgar os crimes cometidos durante a ditadura. A Comissão da Verdade, agora sancionada, chega tão tarde que dificilmente servirá aos propósitos da justiça restaurativa, sendo mais bem descrita como uma missão acadêmica.

Mesmo assim, é melhor tê-la do que não tê-la. Há famílias que ainda não sabem o que ocorreu com seus parentes desaparecidos. E a população não pode ser privada do chamado direito à verdade histórica.

Pelo que pude acompanhar das acaloradas discussões que precederam a criação da comissão, o debate já surge marcado por um vício de origem, que é o de igualar as partes.

Os que se insurgem contra a investigação falam em revanchismo e protestam contra uma suposta parcialidade, pois o comitê só investigará crimes cometidos pelas forças de segurança, deixando de lado os delitos dos grupos de esquerda.

A queixa não procede. Embora os insurgentes tenham pegado em armas, não estávamos numa guerra civil na qual dois lados se enfrentavam em igualdade de condições e de obrigações jurídicas. Ainda que os guerrilheiros se acreditassem legitimados por uma "moral

superior" até mesmo a matar, eles eram, sob o prisma da lei, criminosos comuns protegidos pelas garantias fundamentais declaradas nas Cartas de 1946 e, depois, de 1967 -nenhuma das quais autoriza a tortura.

Os agentes da repressão, na qualidade de servidores públicos, tinham o dever de respeitar os direitos dos presos e assegurar-lhes a integridade física. O que se constatou, porém, é que houve uma verdadeira política de Estado, autorizada -senão organizada- pelos mais altos escalões, de violação desses direitos. É essa história que a comissão precisa contar, sem eufemismos ou preocupação em agradar generais.